



Poder Judiciário da Paraíba
16ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0003397-02.2014.8.15.2001 [Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral] AUTOR: -----
-----, -----, -----, -----, ----- REU: -----

SENTENÇA

Vistos, etc.

O espólio de -----, representado por seus filhos e herdeiros, por meio de seu advogado constituído nos autos, propôs a seguinte AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS contra -----, todos devidamente qualificados, de acordo com as questões de fato e de direito seguintes.

Em resumo, alega o autor que o banco réu aplica efetivamente juros maiores do que os contratados no financiamento veicular pactuado entre si, sendo que estes o foram em 1,65% ao mês e tendo constatado, com auxílio de um contabilista, estar sendo cobrado na prática à razão de 2,40% mensais. Pede, assim, a revisão do contrato, para então determinar ao réu que restitua o excesso praticado e lhe pague indenização por danos morais.

Deferida a justiça gratuita (id. 28829538 - Pág. 43).

Contestação pelo banco réu (id. 28829538 - Págs. 49 a 61), defendendo, no mérito, a inexistência de ilegalidades no contrato, salientando a possibilidade de capitalização dos juros e que estes, de natureza remuneratória, não sofrem limitação legal. Enfim, pede a improcedência.

Réplica pelo autor (id. 28829538 - Págs. 74 a 81).

Intimadas as partes para especificação de provas (id. 28829538 - Pág. 95), o banco réu requereu o julgamento antecipado (id. 28829538 - Pág. 97), enquanto o autor requereu o envio dos autos à Contadoria Judicial (id. 28829538 - Págs. 98 a 99).

Sentença de procedência parcial proferida por este Juízo (id. 28829543 - Págs. 1 a 5).

Apelações por ambas as partes (ids. 28829543 - Págs. 8 a 20 e 28829543 - Págs. 42 a 55), com respectivas contrarrazões.

O eg. Tribunal de Justiça da Paraíba não conheceu a apelação do banco, mas deu provimento ao apelo do autor para anular a sentença de mérito e determinar realização de perícia contábil (id. 28829544 - Págs. 11 a 21).

Deferida a perícia técnica, sob encargo do *expert* indicado pelo autor (id. 28829544 - Pág. 82), que aceitou realizá-la e já entregou laudo (id. 37192194).

Habilitação dos sucessores do autor, que faleceu (id. 89742719).

Conversão do julgamento em diligência para ordenar ao perito o refazimento do laudo pericial (id. 93305475), o que foi cumprido (id. 94087936).

Intimadas as partes para se manifestarem em relação ao laudo (id. 103492089), apenas o autor respondeu, impugnando o laudo (id. 105006030), restando silente o réu (id. 106526190).

Sem nada mais, vieram-me os autos conclusos.

Eis o suficiente relatório. Passo a DECIDIR.

De partida, convém salientar que não foram suscitadas preliminares pelo banco réu e que foi realizada a perícia técnica conforme determinação do Juízo *ad quem*.

Considerando o feito suficientemente instruído e que a matéria em debate é de direito, dispensando dilação probatória, passo ao julgamento antecipado da lide, de acordo com o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

O objeto central da demanda autoral é sua alegação de que o banco promovido cobrou, efetivamente, uma taxa de juro remuneratório (2,40%) a maior que aquela contratada (1,65%), o que sustentou com base num laudo contábil particular, que assim concluía. Ele, ainda, veio a impugnar a possibilidade de capitalização de juros, com o emprego da Tabela PRICE.

Analisando o contrato firmado entre as partes, observa-se que ficou de ser financiado não só uma fração do valor do bem adquirido com auxílio deste instrumento de crédito, no valor de R\$ 19.500,00, mas também outras despesas típicas desse tipo de negócio jurídico, tais como as taxas de cadastro, de registro de gravame e de serviços prestados por terceiros, como também o imposto incidente (IOF), repassado às custas do consumidor.

Tudo isso constituiu um valor total de R\$ 22.623,32 para ser financiado mediante taxa de juro remuneratório estabelecida em 1,65% ao mês, ou 21,79% por ano, e tudo sob um custo total efetivo (CET) de 32,98% ao ano.

Revendo os autos para este novo julgamento, passo a entender, à primeira vista, que a alegação do autor não era verossímil, isso porque o laudo contábil particular que a sustenta não partiu de pressuposto correto.

Naquele laudo (ID 28829538, pág. 30/33), efetuou-se cálculos tendo por base apenas o valor líquido do principal (aquela fração do valor do veículo adquirido que restou de ser financiado), desconsiderando as demais despesas contratuais e que também foram objeto do financiamento bancário. Ainda, alterou-se a metodologia de capitalização de juros, divergindo da Tabela PRICE empregada pelo banco réu, para adotar o método hmaburguês, resultando em valor totalmente diferente do esperado.

Logo, resta claro, sobretudo devido à modificação da metodologia de cálculo para juro capitalizado/composto, que o valor encontrado pelo autor não refletia exatamente a alegação de o juro efetivamente cobrado divergir, a maior, daquele contratado. Afinal, se se queria verificar se o juro efetivo estava realmente sendo aplicado em taxa maior, deveria ser analisado à luz das mesmas condições e termos contratados, portanto, sob o método próprio da Tabela PRICE.

Não obstante, o laudo válido apresentado pelo perito judicial, conforme a metodologia da Tabela PRICE, concluiu por uma variação mínima, de míseros 0,02% entre a taxa cobrada e a

contratada, diferença essa irrelevante, pois devida à própria metodologia de cálculos dos juros compostos, como ensina a jurisprudência:

CONTRATO BANCÁRIO – Contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária para aquisição de veículo automotor – Ação revisional c.c. repetição de indébito – SEGURO AUTOMÓVEL – Modalidade diversa do seguro de proteção financeira (prestamista) – Contratação livremente pactuada em instrumento próprio, autônomo e apartado – Proteção da qual o autor usufruiu durante o período de vigência – Venda casada não configurada – **JUROS REMUNERATÓRIOS – Aparente diferença entre a taxa de juros remuneratórios e o quantum efetivamente cobrado que decorre da técnica de juros compostos (Tabela Price) e das demais tarifas que compõem o Custo Efetivo Total (CET) previsto em contrato** – Sentença mantida – Recurso não provido. (TJ-SP - Apelação Cível: 10232024320238260564 São Bernardo do Campo, Relator.: Pedro Ferronato, Data de Julgamento: 16/08/2024, Núcleo de Justiça 4 .0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2), Data de Publicação: 16/08/2024)

Portanto, é possível atestar, com base no estudo pericial, que improcede a alegação de o juro efetivamente cobrado estar a maior que o contratado pelo consumidor autor.

E por outro lado, salienta-se que a jurisprudência há muito consolidou o entendimento de ser plenamente possível a capitalização dos juros remuneratórios, desde que previstos no pacto, o que se pode verificar a partir da simples constatação de se a taxa anual for maior doze vezes o valor da taxa mensal - caso dos autos. Eis o seguinte exemplar:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO . REVISÃO DO JULGADO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO . ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA. REEXAME. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE . INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5, 7 E 83/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte entende que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano não configura abusividade, devendo, para seu reconhecimento, ser comprovada sua discrepância em relação à taxa média de mercado divulgada pelo BACEN. O entendimento foi consolidado com a edição da Súmula 382 do STJ . **2. A capitalização mensal de juros é legal em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.3 .2000, desde que expressamente pactuada. A previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.** 3. Não comprovada a ilegalidade ou abusividade das taxas de juros contratadas, o reexame do tema encontra obstáculo nas Súmulas 5 e 7/STJ . 4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidência do enunciado 83 da Súmula do STJ. 5 . Agravo interno a que se nega provimento. (STJ AgInt no AREsp: 2276037 SP 2023/0005445-0, Relator.: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 30/10/2023, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/11/2023)

Ademais, também não há vedação ao uso da Tabela PRICE pelo ordenamento jurídico pátrio:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO OBJETO DO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA . FUNDAMENTO DO JULGADO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. IMÓVEL. FINANCIAMENTO . SFH. TABELA PRICE. 1. Fundamentadamente decididas as questões apresentadas ao Tribunal de origem, não há como reconhecer omissão no acórdão recorrido . O prequestionamento que se espera é da matéria e não do dispositivo legal tido como malferido. 2. A falta de impugnação de fundamento autônomo do julgado atrai a Súmula 283/STF. **3 . Segundo iterativo entendimento do STJ, a tabela price, por si, não é ilegal e nem implica, necessariamente, em capitalização de juros.** Esta deverá ser analisada caso a caso, aferição que, por isso mesmo, não se submete ao crivo do recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7/STJ. 4. Agravo interno não provido . (STJ AgInt no REsp: 1478798 PE 2014/0221524-0, Relator.: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 12/12/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/12/2022)

APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO CONTRATUAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. TABELA PRICE . ABUSIVIDADE NÃO CONSTATADA. SENTENÇA MANTIDA. IMPROCEDÊNCIA. I. CASO EM EXAME 1. Apelação contra sentença que julgou improcedente pedido de revisão contratual com fundamento na alegação de divergência entre as taxas de juros contratadas e aplicadas, além de pedido de substituição do método de amortização pela Tabela Price para o método Gauss. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2 . Há duas questões em discussão: (i) se há abusividade nas taxas de juros aplicadas no contrato; e (ii) se a utilização da Tabela Price para amortização implica em anatocismo, sendo cabível a substituição pelo método Gauss. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Superior Tribunal de Justiça entende que a estipulação de juros superiores a 12% ao ano, por si só, não caracteriza abusividade, devendo esta ser demonstrada . 4. As taxas de juros aplicadas no contrato estão dentro da média de mercado apurada pelo Banco Central, não configurando abusividade. **5. A jurisprudência consolidada admite a utilização da Tabela Price, desde que expressamente pactuada, não havendo incidência automática de juros sobre juros ou anatocismo . 6. Inexistem elementos que justifiquem a substituição do método de amortização Tabela Price pelo método Gauss.** IV. DISPOSITIVO E TESE 7 . Recurso não provido. Tese de julgamento: As taxas de juros superiores a 12% ao ano não indicam abusividade por si só, devendo ser demonstrada a vantagem exagerada. A Tabela Price é admitida desde que pactuada, não implicando anatocismo. (TJ-AM - Apelação Cível: 04572560520248040001 Manaus, Relator.: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 25/09/2024, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 25/09/2024)

Em conclusão: nem o juro efetivo está a maior que o contratado, nem há ilicitude na capitalização de juros remuneratórios, especialmente mediante a metodologia da Tabela PRICE, revelando-se, assim, plenamente regular o contrato celebrado entre as partes.

Logo, a demanda carece de suporte fático e jurídico, pelo que não merece acolhimento.

Ante o exposto, com base nos comandos legais atinentes à espécie, **JULGO IMPROCEDENTE** a demanda e, por fim, condeno a parte autora nas despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, suspendendo este ônus por ser beneficiária da gratuidade de justiça.

Considere-se registrada e publicada esta sentença quando disponibilizada no sistema PJe.
Intimem-se.

Sem recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com baixa.

JOÃO PESSOA, datado eletronicamente.

Juiz(a) de Direito

Assinado eletronicamente por: JOSE MARCIO ROCHA GALDINO

31/03/2025 08:56:22 <https://consultapublica.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento:



250331085622279000001

IMPRIMIR

GERAR PDF